

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ÁGUA E TURISMO: UMA ANÁLISE SOBRE AS ATIVIDADES EDUCATIVAS EM DUAS UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE ILHA GRANDE – PI

ENVIRONMENTAL EDUCATION, WATER AND TOURISM: AN ANALYSIS ON EDUCATIONAL ACTIVITIES IN TWO SCHOOL UNITS IN THE MUNICIPALITY OF ILHA GRANDE - PI

Edvania Gomes Assis Silva

Doutorado em Geografia. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPE. Especialista em Geografia e Gestão Territorial - UFPB. Graduada em Geografia – UFPB. Professora do Curso de Turismo- Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO/UFPI. E-mail: edvania@ufpi.edu.br

Jéssica Alves da Silva

Graduada em Turismo - UFPI. Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPI. E-mail: jessik.phb@outlook.com

Francisco Pereira Silva Filho

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí (2011). Especialista em Elaboração e Assessoria de Projetos Públicos e Privados pelo Centro de Capacitação e Treinamento de Pessoas - CCTP/Faculdade de Ciências e tecnologia de Teresina - FACET (2012). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2016). Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPI. E-mail: pereira_ufpi@hotmail.com

RESUMO

A preocupação inerente ao meio ambiente destaca-se atualmente, tendo a educação ambiental como alternativa de difusão de conhecimentos sobre as práticas sustentáveis, sendo esta importante para a formação cidadã e ecológica de alunos e professores das escolas da Educação Básica. O principal objetivo deste estudo foi a análise da temática educação ambiental, água e turismo, no que condiz as atividades educativas em duas escolas públicas do município de Ilha Grande - Piauí. A metodologia aplicada neste estudo foi o levantamento

bibliográfico, pesquisa exploratória, estudo de campo e aplicação de questionários semiestruturados, no qual contou com dois tipos; um estruturado, para os alunos e outro semiestruturado direcionado aos professores. Constatou-se através dos dados levantados, que as escolas Jonas Correia e a Marocas Lima tem potencialidades para desenvolver projetos de cunho socioambiental, com temáticas tais como: água, educação ambiental e turismo, que juntos fazem parte das atividades cotidianas dos alunos e professores no Delta do Parnaíba. A educação ambiental nestas escolas, sinalizaram que as atividades pedagógicas quando aplicadas corretamente, elas se tornam importantes para a formação educacional e cidadã do aluno. Portanto, a relevância deste estudo, apontou que tratar das questões ambientais, educação e cidadania, se torna indispensável para manutenção e preservação da vida, pois na sua ausência o homem inexistente e suas ações vitais se tornam insignificantes.

Palavras-chaves: Escolas. Educação Ambiental. Água. Turismo.

ABSTRACT

The concern inherent to the environment stands out today, with environmental education as an alternative for disseminating knowledge about sustainable practices, which is important for the citizen and ecological education of students and teachers of Basic Education schools. The main objective of this study was the analysis of the thematic environmental education, water and tourism, in what matches educational activities in two public schools in the municipality of Ilha Grande - Piauí. The methodology applied in this study was the bibliographic survey, exploratory research, field study and application of semi-structured questionnaires, in which it had two types; one structured for students and another semi-structured for teachers. It was found through the data collected, that the Jonas Correia and Marocas Lima schools have the potential to develop socio-environmental projects, with themes such as: water, environmental education and tourism, which together are part of the daily activities of students and teachers in the Delta of the Parnaíba. The environmental education in these schools, signaled that the pedagogical activities when applied correctly, they become important for the educational and citizen formation of the student. Therefore, the relevance of this study, pointed out that dealing with environmental issues, education and citizenship, becomes essential for the maintenance and preservation of life, because in his absence, man does not exist and his vital actions become insignificant.

Keywords: Education. Environmental Education. Water. Tourism.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a educação ambiental no desenvolvimento de práticas sustentáveis e educativas sobre a água e sua relação com o turismo em duas escolas estaduais no município de Ilha Grande - Piauí, são elas; Escola Estadual Jonas Correia e Escola Estadual Marocas Lima. O intuito da pesquisa foi buscar as especificidades no ensino da geografia nestas escolas, tendo como fio condutor, as práticas pedagógicas voltadas para temas na

área de meio ambiente e educação ambiental que abordassem o tema água.

Neste sentido, a busca por um tema que desse visão aos estudos ambientais nas escolas, corroboraram para um aprofundamento do estudo da água, que elencou os alunos, professores e gestores como atores participativos neste processo. A escolha das escolas se deu pelo motivo da existência de dois projetos em andamento no município de Ilha Grande, são eles: “A Gestão Social da Água no Município de Ilha Grande (2012-2015/ICV/UFPI)” e “Educação, Água e Cidadania (Projeto CAPES/ANA/DEB (2015-2017))”. Outra definição da escolha do tema se deu pela região ser a porta de entrada do Delta do Parnaíba, um dos maiores atrativos turísticos do Estado do Piauí, onde a água é o elemento importante para as diversas formas de atividades da população e da geração de renda, assim como, a pesca, o extrativismo vegetal e a carcinicultura.

O município de Ilha Grande apresenta aproximadamente 8.914 habitantes, com uma densidade demográfica de 66,36 hab/Km² em uma área territorial de 134,015 km² (IBGE, 2010). O município está situado às margens do rio Parnaíba e pelos igarapés do Urubu, Baixão, Morros, Brejo e Piriquito. A localidade apresenta abundância de recursos hídricos em sua superfície, com expressiva biodiversidade de fauna aquática, de valor econômico e ecológico como: peixes (diversas espécies), o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e outros crustáceos. A localidade está inserida na Área de Proteção Ambiental – APA Delta do Parnaíba, com predominância de comunidades ribeirinhas, onde recebem diversos turistas nacionais e internacionais, com intuito de conhecer os ecossistemas de manguezais, igarapés e as particularidades geoambientais da região.

Quanto a economia o município tem um PIB per capita de R\$ 7.363,74 com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 0,563, já o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita é de até 1/2 salário mínimo de 53,1 %. (IBGE, 2010).

Grande parte da população local sobrevive de atividades primárias como a pesca, a agricultura familiar, e do artesanato. Alguns dos habitantes

trabalham com a atividade turística, embora o turismo em Ilha Grande esteja ainda em fase de desenvolvimento, pela falta de infraestrutura básica que atenda às necessidades do turista e da própria população como saneamento e abastecimento de água potável, sendo esse um grave obstáculo enfrentado pela população local, que se agrava com o decorrer do tempo.

Quanto aos dados educacionais, o município conta com 1.529 matriculados no ensino fundamental e 93 docentes, e 418 matrículas no ensino médio com 27 docente, com 11 escolas do ensino fundamental e 01 do ensino médio (IBGE, 2010).

Aliada a este sistema educacional, a população do município vive das práticas da pesca, da cata do caranguejo e do turismo. Apesar de ser apenas um corredor turístico de passagem dos turistas pela cidade, e por gerar renda para o município, o turismo da região pode acarretar impactos negativos para o meio ambiente, caso não haja planejamento adequado para o controle da capacidade e demanda turística, pois não há um acompanhamento desses turistas por profissionais qualificados que os oriente, a partir dos princípios de sustentabilidade, para a conservação e preservação dos recursos hídricos e valores locais.

Neste sentido, a educação ambiental surge como alternativa para diminuir as problemáticas ambientais, principalmente em locais vulneráveis a ações destruidoras ao meio ambiente, que ainda apresentam pouca assistência política e privada em relação à fiscalização das leis ambientais e dos impactos da atividade turística. A política nacional de educação ambiental enfatiza o direito da educação ambiental para população, que deve ser fomentada de forma direta ou indireta, em escolas, ou em outros âmbitos públicos. Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, segundo a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e a Constituição Federal Brasileira de 1988. Desta forma, a Educação Ambiental (EA) é uma importante ferramenta que permite a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e o reconhecimento da

interdependência e inter-relações existentes entre os seus diversos elementos, com vista à utilização dos recursos naturais.

A EA incentiva o exercício da cidadania, que se propõe a formar pessoas que assumam seus direitos e responsabilidades socioambientais, além de proporcionar cidadãos que adotem uma atitude participativa e crítica nas decisões que afetam sua vida cotidiana. É nas escolas, principalmente no ensino fundamental e médio, que podem ser discutidos com crianças e adolescentes assuntos como: o destino e coleta do lixo, a preservação das florestas nativas, a poluição atmosférica, a conservação e o uso dos recursos hídricos, dessa forma, evitando o assoreamento dos rios, o desmatamento das margens junto com as queimadas e o depósito impróprio do esgoto, sem tratamento, que podem ser direcionados para os mananciais pelas residências e indústrias. É através da educação ambiental, que possibilita às pessoas incorporarem conhecimentos, valores e novas maneiras de ser, dentro de uma nova ética, tornando-as capazes de estabelecer uma relação de causa e consequência dos problemas ambientais.

Os órgãos públicos são os gestores responsáveis pelos seus recursos naturais, mas a população tem grande importância, no que tange o cuidado dos recursos hídricos e de suas bacias hidrográficas, por isso a educação ambiental deve ser inserida no âmbito pedagógico das escolas, e na cultura organizacional da região, aliados ao incentivo da Prefeitura, Secretária de Meio Ambiente e Turismo.

Sendo ainda importante destacar, que no decorrer da pesquisa foram utilizados dois tipos de questionários um estruturado para alunos e outro semiestruturados para professores, no qual deu um melhor direcionamento na obtenção e compilação dos dados. Este artigo está dividido em seis seções, sendo as três primeiras de referencial teórico (Distribuição da Água no Planeta; Meio Ambiente, Turismo e Sustentabilidade e; Cidadania e Educação Ambiental), e as demais com a metodologia, resultados e discussões e por último as considerações finais da pesquisa.

DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA NO PLANETA

A água é um recurso natural autossustentável pela sua capacidade de autodepuração, porém finito e naturalmente reciclado nos centros hidrológicos da Terra. Desde os primórdios da vida no planeta Terra e da história da espécie humana (*Homo sapiens*), a água sempre foi essencial para sobrevivência. Camdessus *et al.* (2005, p. 83) exemplifica que “as populações se adaptaram às condições naturais de suas respectivas regiões, e, nas zonas áridas elas se concentraram nos vales dos grandes rios como: Nilo, Tigre, Eufrates, Indo”.

A vida do planeta terra depende diretamente desse elemento que parece ser tão abundante, mas na verdade não é considerável do ponto de vista usual. A água disponível para uso é escassa, posto que a maior parte da água existente esteja nos mares e não pode ser consumida diretamente pelos seres humanos.

Segundo Clarke e King (2005, p. 93) “O Brasil concentra entre 12% e 16% do volume total de recursos hídricos do Planeta Terra”. Embora essa seja uma participação expressiva, os recursos não são distribuídos de forma homogênea e encontram-se ameaçados por fatores socioeconômicos diversos, onde existem regiões que detêm de maior quantidade de água, e outras em menor, como a região norte e nordeste respectivamente. Os mesmos autores complementam que:

A região Norte, juntamente a de mais baixa densidade populacional, conta com a maior abundância de águas. As regiões Sul e Sudeste apresentam recursos hídricos relativamente abundantes, mas o elevado grau de urbanização, a densidade populacional e os usos múltiplos da água estão levando à escassez em alguns pontos, porque a poluição derivada compromete a disponibilidade e aumenta os custos de tratamento. A região Centro-Oeste conta com uma área de ecossistemas aquáticos de grande biodiversidade, o Pantanal mato-grossense, com cerca de 2000 km², mas se encontram altamente ameaçada por elementos diversos: criação de gado, agricultura, hidrovias, atividades turísticas inadequadas, pesca predatória e urbanização. No Nordeste, há escassez de águas superficiais, o que é agravado por problemas como falta de saneamento básico e contaminação por transmissores de doenças tropicais (CLARKE; KING, 2005, p. 93).

O estado do Piauí, como discorre Silva (2011, p. 25), “[...] é um dos Estados que mais sofre com a seca, apesar da grande abundância de água em suas bacias, mas que infelizmente não está bem distribuída regularmente pelo Estado”.

Já o município de Ilha Grande está em situação privilegiada em relação a várias partes do sertão piauiense, pois encontra-se num local com grande abundância hídrica, próxima ao Rio Parnaíba e seus afluentes, como o Delta do Parnaíba. Por outro lado, enfrenta escassez de água quando, se trata de água encanada e acesso a serviços de abastecimento. Nessa questão, Silva (2011, p. 25) complementa que:

A comunidade não apresenta uma boa distribuição de água, e ainda em muitos casos se depara com a má qualidade da mesma em várias partes da sociedade, tudo isso provocado pela falta de uma infraestrutura adequada que atenda a todos da cidade de forma igualitária, pois somente 50% das casas da comunidade é atendida pela distribuição de água do Piauí.

Essa situação mostra, a problemática que envolve a distribuição e abastecimento de água com qualidade na região. Sem mencionar as ações antrópicas na comunidade, tanto por parte dos governantes, quanto por parte da sociedade local, que também comprometem o gerenciamento, captação e principalmente a qualidade e preservação da água, como, por exemplo, a prática da atividade turística sem seguir uma regulamentação ambiental, e a questão dos resíduos sólidos dispostas de forma inadequada em praticamente todos locais da cidade, e nos mananciais que afetam diretamente a água.

MEIO AMBIENTE, TURISMO E SUSTENTABILIDADE

A questão ambiental é um tema bastante discutido atualmente, e muito se debate sobre a relação antrópica e o meio ambiente. De acordo com a Constituição Federal do Brasil (1988), no art. 225, “todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e

essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público o dever de preservá-lo para os presentes e futuras gerações”.

Conforme Tuan (1995, p. 6 *apud* HOLZER, 1997, p. 80), o meio ambiente é definido como “as condições sob as quais qualquer pessoa ou coisa vive ou se desenvolve; a soma total de influências que modificam ou determinam o desenvolvimento da vida ou do caráter”. Nessa perspectiva, a partir das relações existentes entre o meio e homem, as influências produzem modificações ocasionando ou não o desenvolvimento de determinada localidade.

No caso do turismo, este possui uma estreita relação/ligação de dependência com o meio Ambiente, na qual a atividade turística não poderia se materializar senão houvesse a existência de um ambiente equilibrado. Por isso, a necessidade do local (descoberto ou visitado), esteja em condições favoráveis para o seu uso. Para Ruschmann (1997, p. 19) “A inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a matéria-prima da atividade”.

Apesar disso, a palavra “turismo” e a atividade como se conhece hoje só veio surgir no século XIX, porém, a atividade estende suas raízes pela história. Certas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, mas nos últimos anos, o turismo vem transformando o mercado mundial, sendo considerado um setor da economia favorável para o desenvolvimento de muitos países, provocando mudanças sociais, econômicas e culturais em muitas sociedades (RUSCHMANN, 1997).

Atualmente, os destinos turísticos são avaliados pelos visitantes com base na originalidade de suas atrações ambientais, fator esse que tornam os turistas cada vez mais exigentes com relação, especialmente, à preservação do ambiente que irão frequentar. Estes buscam locais limpos, com abastecimento de água potável de qualidade, predominância da cultural local, entre outros fatores, características estas que aumentam o bem-estar e a qualidade de vida dos turistas.

Dessa forma, a Organização Mundial do Turismo (1999), mostra que a motivação e a conduta dos turistas se caracterizam, cada vez mais intensamente, pelo crescimento da seletividade ao escolher o destino, da sensibilidade pelo meio ambiente e cultura locais e pela exigência de qualidade da experiência (BRASIL, 2007).

Com o crescimento da demanda e oferta turística, as áreas naturais tornaram-se um refúgio para os turistas dos grandes centros urbanos. Estes estão à procura de vivenciar experiências fora de sua realidade cotidiana. O aumento desenfreado desta busca põe em risco a integridade e harmonia dos ecossistemas. Como afirmam Bukart e Medlik (1986, p. 232 *apud* RUSCHMANN, 1997, p.14) “As regiões costeiras, os campos, as montanhas, os lagos e rios, juntamente com o clima, constituem recursos naturais para a realização da atividade turística [...], mas poderão ter sua disponibilidade da presença de visitantes e as suas características afetadas por eles”, principalmente se não tiver um planejamento adequado.

Por outro lado, foi a partir da visão dos pontos negativos gerados ao meio ambiente que nasce o “despertar” para as questões ambientais. Assim, na década de 70, surge as preocupações com o crescimento econômico, com o meio ambiente e com os problemas sociais e, o quanto este foram afetados pela atividade turística (RUSCHMANN, 1997, p.21). Dessa forma, mostrou-se a necessidade de cuidados, já que o ambiente turístico necessita destes elementos para o desenvolvimento do fenômeno.

Na Conferência de Estocolmo, em 1972, e a Rio 92, ampliaram-se os debates que se transformaram nos pressupostos da Agenda 21, definida pelo Ministério do Meio Ambiente como “instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”. Neste contexto histórico Mattedi aborda que:

Com a formulação da Política Nacional do Meio Ambiente/PNMA, no âmbito do Ministério de Meio Ambiente/MMA, nos anos 80, e a importância que vai progressivamente adquirindo a problemática ambiental,

culminando com a realização da Rio/92, as políticas de turismo passam a incorporar a ideia de proteção ambiental, de desenvolvimento sustentável e, ainda, de planejamento turístico integrado (MATTEDI, 1999, p.2).

Aliado a isso, atualmente cresce o número de unidades de conservação em todo mundo, que “são áreas naturais protegidas por instrumentos legais de restrição de uso do solo, que podem ter âmbito federal, estadual, municipal e particular” (FIGUEREDO, 1999, p. 58 *apud* FELIZARDO; CRISPIM, 2011, p. 4). O art. 4º, XII, do SNUC/2000 estabelece que, um dos objetivos das unidades de conservação é favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (BRASIL, 2000). Através do turismo, que visa à sustentabilidade, o homem passa a se interessar por atividades de turismo que despertem o respeito à natureza, a educação e o espírito de natureza.

Com a realização de conferências internacionais das Nações Unidas, o meio ambiente foi determinante para se definir os princípios de Turismo Sustentável, inscritos na Agenda 21, onde foram destacados, entre outros, os seguintes pontos: assegurar que novas tecnologias e produtos sejam projetados para minimizar a poluição, manejar responsavelmente os recursos hídricos e reduzir o desperdício, minimizando o uso de recursos, maximizando a qualidade dos produtos e reduzindo a geração de resíduo por meio da reutilização e reciclagem (WTCC/WTO, 1995 *apud* NICOLETTI, 2003, p. 60).

A atividade turística aliada ao meio ambiente e a sustentabilidade exige cautela, pois se trata de aspectos sensíveis, que se relacionam diretamente com os recursos naturais e culturais da sociedade. Como é de direito a todos, usufruir o meio ambiente, também é dever da sociedade e do governo a proteção destes recursos, para salvaguardar e sensibilizar a população sobre estes temas. Por isso, a educação ambiental deve ser implementada e trabalhada no ensino, garantindo assim, a formação de cidadãos conscientes sobre as questões ambientais do planeta.

CIDADANIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No contexto histórico, a Europa foi à percussora na busca pela cidadania, e isso remete desde o século XVII, época marcada por importantes revoluções e conquistas que garantiram direitos aos seres humanos. Um dos marcos da história ocorreu no século XIX, com a Revolução Industrial no continente europeu, devido ao desenvolvimento industrial que estava em crescimento, e para esta expansão, necessitava de mão-de-obra, surgindo assim, duas classes da sociedade: a burguesia e o proletariado, no qual o segundo, que era formado por trabalhadores, que eram submetidos a péssimas condições de trabalho. E com isso passaram a reivindicar seus os direitos para melhores condições de vida (FONSECA, 2009, p.3).

A origem da cidadania atribui-se a princípio à cidade ou polis grega. A polis era composta por homens livres, com participação política contínua numa democracia direta, onde o conjunto de suas vidas em coletividade era debatido em função de direitos e deveres. Assim, o homem grego livre era, por excelência, um homem político no sentido restrito (MANZINI; LOURDES, 2013, p. 22).

Segundo Karl Marx (1818-1883) e Frederick Engels (1820-1895 *apud* KONDER, 2004, p.178), sustentavam que o proletariado, fazendo a revolução necessária à superação do capitalismo, não só asseguraria as condições para o pleno exercício da sua cidadania como tornaria viável a extensão da cidadania efetiva a todos os seres humanos.

Considerando toda a história do Brasil, pode-se dizer que sempre ocorreu a defesa da ideia de que o acesso dos pobres à cidadania política, econômica e social, dar-se-ia a partir da escola, cabendo questionar até que ponto esta vinculação entre educação e cidadania é pertinente e pode ser viabilizada. "Trata-se de esclarecer qual a contribuição que a educação pode efetivamente dar para a construção da cidadania e da democracia" (SEVERINO, 1994, p. 98).

Neste sentido, a educação passa a ser um dos instrumentos mais importantes para transmissão de valores e, tendo um papel fundamental para o futuro. O complexo processo de construção da cidadania no Brasil se configura como elemento determinante para constituição e fortalecimento de sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação, tendo como uma das bases a educação.

A escola revela um compromisso em garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de refutar ou reformular as deformações do ensino/conhecimento, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores (BRASIL, 1997). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 34) apontam que:

A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres (BRASIL, 1997, p. 34).

Arelada à educação pedagógica, surge às preocupações com as questões ambientais. Por ocasião da Conferência Internacional Rio/92, cidadãos, representando instituições de mais de 170 países, assinaram tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, o que requer “responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário” (BRASIL, 1997, p. 181).

Nasce uma nova forma de educar, que está intimamente ligada a consciência ecológica e preservação do meio ambiente: a educação ambiental. Em 1999, a educação ambiental tornou-se Lei nº 9.795-Lei da Educação Ambiental, onde em seu artigo 2º afirma que: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação

nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e informal”.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas. Os parâmetros ainda complementam:

[...] a Educação Ambiental é um meio indispensável para conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade/natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para isso (BRASIL, 1997, p. 181).

A educação sozinha não muda o mundo, mas pode influenciar na mudança de hábitos das pessoas. Da mesma forma, a educação voltada ao meio ambiente, ocupa um espaço relevante de construção social e ambiental, contribuindo na construção de sociedades sustentáveis que congregue a preservação ambiental com a justiça social (TELES, 2010). Para que as mudanças ocorram é essencial que a sociedade tenha uma participação efetiva na construção de um mundo melhor, sendo um dos papéis da educação ambiental, bem como dos seus problemas.

Já para Toledo e Pelicioni (2010, p. 845) “a educação ambiental, por ser de natureza integradora, permeia a inúmeras áreas do conhecimento, pode ser trabalhada dentro dos mais variados contextos”. Isso quer dizer que ela não se distingue apenas áreas ao âmbito escolar, mas também a educação não formal, podendo ser ainda introduzida no turismo.

Nesse sentido, a educação ambiental e a atividade turística, devem andar lado a lado, já que esta atividade necessita manter um devido equilíbrio com o meio ambiente, pois ambas visam à melhoria da qualidade de vida da comunidade receptora, além de oferecer aos visitantes uma experiência enriquecedora e, conseqüentemente, a qualidade do meio

ambiente do quais todos dependem. Dentro desta perspectiva Ruschman (1997, p. 73) afirma que:

A educação para o turismo ambiental deverá ser desenvolvida por meio de programas não formais, chamando o 'cidadão-turista' a uma participação consciente na proteção do meio ambiente não apenas durante suas férias, mas também no cotidiano, no local de residência permanente [...] (RUSCHMAN, 1997, p. 73).

Seguindo essa linha, o conceito de educação ambiental mostra-se amplo, e não se restringe apenas ao contexto escolar, como mencionado anteriormente. Esta pode ainda ser inserida no turismo e se apropriar do meio ambiente de uma forma menos agressiva, pois formará cidadãos conscientes sobre sua responsabilidade com o meio ambiente.

METODOLOGIA

A natureza da pesquisa utilizada neste estudo foi a quanti-qualitativa, nesse sentido, Silva (2001, p. 20) define pesquisa quantitativa como: "tudo que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las", além da qualitativa, que proporciona de forma mais aberta as opiniões dos entrevistados. Outra forma de pesquisa abordada para se obter informações foi a pesquisa bibliográfica, construída por meio de livros e artigos de revistas eletrônicas, que para Gil (2006, p. 44): "[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

Por fim, para complementar o trabalho, a pesquisa de campo foi incluída nos processos de desenvolvimento do artigo, que Appolianário (2011, p.146) define como "[...] qualquer pesquisa realizada em ambiente natural (campo), ou seja, não controlado (laboratório), que envolve a observação direta do fenômeno estudado, em seu próprio ambiente".

A pesquisa foi desenvolvida nas escolas estaduais de Jonas Correia e Marocas Lima com o público-alvo de estudantes matriculados no ensino fundamental com um universo de 400 alunos. O universo da pesquisa, como

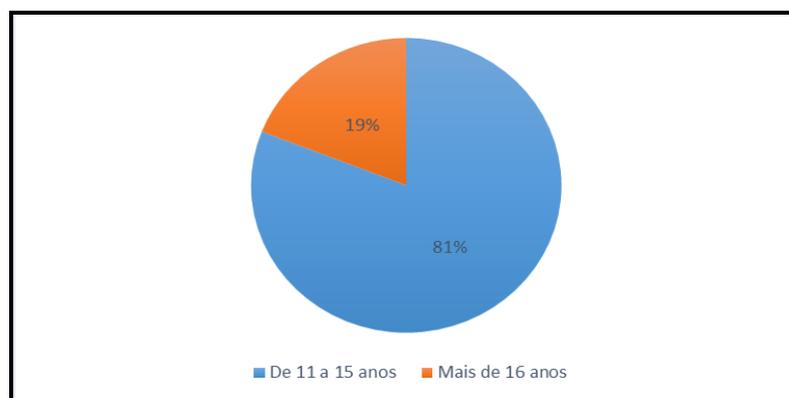
descrito por Silva (2001, p. 32): “[...] é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”. Sendo difundida numa amostra de 07 alunos por sala de um total de seis salas com 42 alunos e 10 professores, divididos em dois grupos de 5, para a representação de cada escola. O total da amostra foi de 52 indivíduos. Gil (2006 p.121): “considera que amostra é uma pequena parte dos elementos que compõem o universo”.

A técnica de questionários de deu de maneira estruturado e semiestruturado, onde foram aplicados aos alunos e professores das referidas escolas no período de novembro a dezembro de 2017. Os questionários aplicados com os alunos, foram estruturados e para os professores foram aplicados questionários semiestruturados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa aplicada através de questionários, analisou e avaliou a relação água, turismo e educação ambiental nas escolas Jonas Correia e Marocas Lima de Ilha Grande- PI, onde buscou-se compreender a realidade que se encontram os alunos e professores do ensino fundamental e médio do município, dentro destas três perspectivas. Diante do exposto, 52 indivíduos, dentre alunos e professores participaram diretamente da pesquisa. Dentro desta perspectiva, pode-se dizer que na Escola Jonas Correia 81% dos alunos entrevistados do ensino fundamental possuem faixa etária de entre 11 a 15 anos e; 19% apresentam mais de 16 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Faixa etária dos alunos



Fonte: Pesquisa direta (SILVA, 2017).

Segundo o Ministério da Educação, a faixa etária prevista para os anos finais do ensino fundamental é de 11 a 14 anos. Nesse sentido, observou-se, que 19% dos adolescentes estão atrasados, em relação aos estudos, isso mostra uma carência da regularização da faixa etária, do ensino básico no município, que também pode se refletir nos demais municípios do país.

No caso da Escola Marocas Lima, de ensino médio, os resultados demonstram que 61,90 % dos entrevistados, apresentam mais de 16 anos e 38,10 % dos alunos possuem de 11 a 15 anos. Segundo o Ministério da Educação, a faixa etária ideal para o ensino médio é de 15 aos 17 anos.

Quanto ao “acesso a água”, os entrevistados foram indagados sobre a água canalizadas em suas residências. Os alunos e professores da Escola Jonas Correia responderam que possuem água canalizada em casa. Os docentes da Escola Marocas Lima responderam que também possuem. Em contraponto, aproximadamente 5% dos discentes da Escola Marocas Lima, não possuem água canalizada em sua residência. Segundo Ribeiro e Rooke (2016) a água potável é a água própria para o consumo humano. Para ser assim considerada, ela deve atender aos padrões de potabilidade. Se ela contém substâncias que desrespeitam estes padrões, ela é considerada imprópria para o consumo humano.

O serviço de abastecimento de água mesmo sendo em alguns locais canalizada ainda a quantidade que chegam a torneira é baixo, em decorrência da má distribuição dos recursos hídricos e falhas no sistema de abastecimento e tratamento de água da cidade de Ilha Grande- PI. Em consonância com essas afirmações, os entrevistados relataram que muitas vezes, os habitantes ficam sem água para o consumo e para outras necessidades básicas, devido a irregularidade do abastecimento de água.

Os entrevistados também foram questionados sobre “onde coletam a água”, caso esta venha a faltar. Nesta perspectiva, 75% responderam que a água é retirada em sua maioria de poços próprios, seguidos de rios e lagoas do município de Ilha Grande. Neste sentido, é importante destacar a

necessidade implantação de projetos e programas para o acesso destes indivíduos a este recurso e, ao mesmo tempo proporcionar o uso racional da água, principalmente num ambiente, em que os recursos hídricos são bastante presentes, tanto para o abastecimento da população, como para o desenvolvimento da atividade turística com responsabilidade.

Isso demonstra também a necessidade de implementação de ações que incentivem a educação ambiental, por parte da gestão pública, para que a população local, especialmente nas escolas do município, tenha acesso a esta temática de ensino. Foi percebido ainda durante a pesquisa que os entrevistados têm participado pouco de programas que incentivem a educação ambiental dessa localidade, principalmente por parte da gestão pública onde são poucos os trabalhos desenvolvidos nas escolas com a temática.

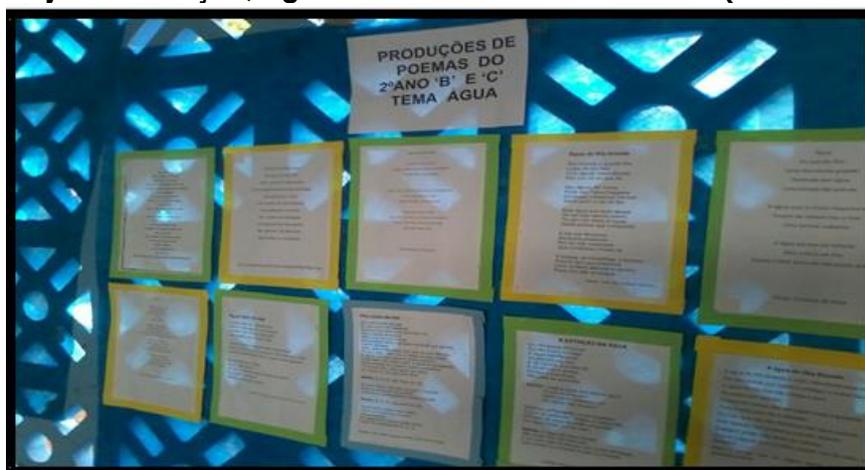
Foi também perguntado aos alunos e professores se estes “conheciam os rios, lagoas e área turística de sua cidade”. Dentro desta perspectiva, os docentes da Escola Marocas Lima, responderam ter conhecimento sobre a localidade. Em contraponto, aproximadamente 10% dos alunos da Escola Marocas Lima, não conhecem os rios, lagoas e área turística de sua cidade, isso é um fator que deve ser em consideração, já que o ambiente natural e a atividade turística necessita de um certo conhecimento da população local, bem como, dos seus atrativos turístico para que se possa desenvolver um ambiente de receptividade e, ao mesmo tempo, de conservação, pois só há estes cuidados sobre aquilo que se conhece, para que depois seja ofertado a visitantes e turistas, sendo um dos importantes objetivos da educação ambiental, que é propagar o conhecimento desta temática.

Seguindo essa linha, foi identificado que os professores destas escolas, acreditam que a educação ambiental é um importante fator chave para o desenvolvimento intelectual dos alunos como cidadãos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais (BRASIL,1997) afirmam que o trabalho com as questões ambientais na escola contribui para que os alunos adquiram o hábito de zelar pela natureza e cumprir com suas

responsabilidades de cidadão. É essencial que a Educação Ambiental esteja presente nas discussões sobre a água no ambiente escolar, para que os alunos e docentes adquiram uma nova “mentalidade ecológica”, como afirma Carvalho (2008).

Na Figura 1 se pode visualizar algumas metodologias utilizadas na Escola Marocas Lima, como por exemplo, um concurso de redação desenvolvidos entre os alunos, com o tema; Educação, Água e Cidadania no Município de Ilha Grande.

Figura 1 - Projeto: Educação, Água e Cidadania em Ilha Grande (Escola Marocas Lima)



Fonte: Pesquisa direta (SILVA, 2017).

O projeto “Educação, Água e Cidadania no município de Ilha Grande” foi um trabalho coordenado pela professora doutora Edvania Gomes de Assis Silva, do corpo docente do Curso de Turismo, e tem como centro de interesse o tema água, sua preservação, conservação e seus múltiplos usos. O território eleito foi o município de Ilha Grande do Piauí, Meio Norte do Brasil, com público-alvo de professores e alunos, gestores e famílias associados à educação básica da escola Jonas Correia e Marocas Lima.

Os docentes das respectivas escolas, ao serem indagados sobre “quais habilidades e competências são desenvolvidas por eles nas escolas, a respeito do tema em sala de aula”, afirmaram que se utilizam de vídeos educativos, seminários, palestras, debates e projetos para melhor entendimento do educando sobre os cuidados com a água. Por isso, a importância de se referenciar nas atividades educativas, assim como, o

atrativo turístico do Delta do Parnaíba, fazendo comparações com a realidade atual dos discentes, pois os recursos hídricos presentes é fonte de vida e trabalho para os habitantes do município.

Outro questionamento levantado aos professores foi “como a educação, o meio ambiente e o turismo podem fazer o diferencial na escola”. Estes acreditam, que através da conscientização dos próprios alunos de conservar e preservar a água do lugar onde vive, dessa forma, beneficiando a todos e o desenvolvimento da atividade turística no município e região, além de ser relevante, a inserção dos discentes em projetos educativos, com modalidade de tratamento e preservação da água como forma de ensino permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão do tema Educação, Água e Cidadania no município de Ilha Grande é uma proposta de educação ambiental capaz de proporcionar aos alunos, professores e gestores a possibilidade de conduzir uma temática que possa ser discutida em sala por tratar de um elemento primordial para a sustento da vida.

Este artigo apontou várias questões relacionadas com a temática, uma delas foi a participação dos professores na preparação das atividades sobre o tema dentro da sala de aula, levando em consideração a participação do aluno como elemento principal neste contexto. Para delinear melhor e invocar a água foram feitos concursos, trabalhos práticos de boas práticas sustentáveis com a água em ambas as escolas.

As escolas Jonas Correia e a Marocas Lima tem potencialidades para desenvolver projetos de cunho socioambiental que podem ser colocados em práticas pois a água é um elemento que faz parte das atividades cotidianas dos alunos e professores. Por esta localizado no Delta do Parnaíba as escolas buscam na vivência dos alunos a importância destes em cuidar da água e da preservação dos recursos hídricos.

É importante destacar as potencialidades turísticas do Delta do Parnaíba as quais tem sido trabalhada pelo segmento do turismo, no entanto, a população de Ilha Grande já tem a água como um bem importante para a geração de emprego e renda para a região.

Um dos pontos destacados é a presença e o cumprimento dos estudos sobre meio ambiente contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais que deixa claro a (in)dissociabilidade existente entre ensino, pesquisa e extensão nas escolas públicas. Abarcados de um modelo de ensino com parâmetros nacionais as escolas Jonas Correia e Marocas Lima estão sendo beneficiadas com boas práticas socioambientais executadas e ministradas pelos professores e apoiados pela Gerência Regional de Educação do Estado do Piauí – GRE. Assim, esta pesquisa trouxe uma visão primordial e fundamental afirmando que praticas educativas sobre o meio ambiente, são importantes nas escolas principalmente nas séries iniciais, fundamental I e II e Ensino Médio, por conduzir o aluno a uma visão crítica na difusão da vivência em seu habitat (Ilha Grande) e o que a escola desenvolve, fazendo assim um elo entre as práticas executadas, adquiridas e divulgadas quando o tema exposto foi água, educação e o turismo.

Portanto, a temática abordada neste artigo, mostra que a relevância da água para todos e para a sustento da vida, se torna indispensável para manutenção e preservação da água pela sociedade e governos, pois na sua ausência o homem inexistente e suas ações vitais em todos os ecossistemas é prejudicada, principalmente para atividades do setor econômico, como o turismo, que necessita do meio ambiente para serem executadas.

REFERÊNCIAS

APPOLIONARIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Conteúdo Fundamental Turismo e Sustentabilidade**. Brasília, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2008.

CLARKE, Robin; KING, Jannet. **O atlas da água**. Tradução: Anna Maria Quirino. São Paulo: Publifolha, 2005.

COOPER, Chris. *et al.* O Impacto Ambiental do Turismo. *In*: COOPER, Chris (Org.). **Turismo, Princípios e Práticas**. 3. ed. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Ed Bookman, 2007, p. 210-213. (Cap.6).

FELIZARDO, Angélica, CRISPIM, Jefferson. A Educação Ambiental na prática do Ecoturismo. *In*: ENCONTRO PARANAENSE DE PESQUISA E EXTENSÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 7., **Anais de Turismo**, Curitiba: Campos Mourão, 2011. p. 1-16.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**. ano 2, n. 3, jul./dez., 1997.

KONDER, Leandro. Idéias que romperam fronteiras. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org.) **História da cidadania**, São Paulo: Contexto, 2004.

MANZINI, Cerquier; LOURDES, Maria. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Planejamento e Gestão do Turismo e do Meio Ambiente na Bahia. **Revista de Gestão e Planejamento**, Salvador, Ba, v. 1, p.1-21,1999.

NICOLETTI, Lenita. Turismo e desenvolvimento sustentável. *In*: MONTORO, Tania Siqueira (org.). **Cultura do turismo: desafios e práticas socioambientais**. Brasília: Thesaurus, 2003.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas-SP: Papirus, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da Educação**. São Paulo: FTD, 1994.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Joseane de Oliveira. **A Gestão social da água e o turismo no município de Ilha Grande- PI**, 2011. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharel em Turismo, Universidade Federal do Piauí, Parnaíba - PI, 2011.

TELES, A. M. O. A dimensão subjetiva na educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 5, n.1, p. 55 - 61, 2010.

TOLEDO, Renata Ferraz de, PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental em Unidades de Conservação. *In*: PELICIONI, M. C. F; PHILIPPI JR,

A. (org.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: 2. ed. Ed Manole, 2013. (Cap.15).